

# DESAFIOS ESTRATÉGICOS BUROCRÁTICOS

Introdução: Após um ano tomado por circunstâncias ímpares, estamos diante de uma caminhada íngreme. Ao passo que as tradicionais tensões existentes entre o Estado e a sociedade se afloram, também surge uma rara oportunidade de reconciliação. Nesta cruzada pela retomada da produção de riqueza real, o agente público - sobretudo o fazendário - é chamado ao palco. Ao mesmo tempo em que se exige da livre iniciativa soluções criativas, cabe à burocracia estatal garantir um ambiente coeso e rigorosamente orientado ao desenvolvimento.

## ***A burocracia e o Estado Nacional***

Se em outros tempos pensávamos que a complexidade das coisas já era desafio suficiente, o ano corrente acrescentou uma dose extra à equação. Enquanto nossos similares da livre iniciativa se empenham para encontrar soluções criativas, o agente público pode acabar se envolvendo com a perspectiva de ter o Estado como anteparo pessoal. Eventualmente, furta-se da percepção de que o Estado materializa os seus propósitos pela atuação direta da burocracia da qual faz parte o próprio agente.

Embora já muito surrada pelos modernismos da gestão, a burocracia remonta à formação do Estado Nacional brasileiro. Nos projetos da nossa independência, dois grupos disputavam a autoria do formato de Brasil que dali em diante conduziria nosso destino<sup>1</sup>. Fora da burocracia do Império, o Brasil era um nome genérico que designava parte do conjunto das possessões ultramarinas de Portugal. Entre os oligarcas não havia pensamento de unidade – ou se era português, ou era paulista, mineiro, rio-grandense. Para a oligarquia que não tinha o sentimento pátrio, o Estado não passava de um mal necessário para a garantia de seus poderes e gestão dos seus interesses pessoais.

No entanto, apenas a burocracia conseguiu enxergar o país como uma unidade. Tiveram uma missão mais complexa e árdua que a dos estados europeus, erigidos sobre pilares de uma civilização antiga. Unicamente, os representantes da burocracia estatal conseguiam enxergar o bem comum e sentiam-se protagonistas das ideias que tornaram possível a construção do Brasil.

## ***Dos obstáculos aos receituários***

É usual ao agente público se pensar apenas enquanto um conjunto de atribuições técnicas objetivas, amparando-se na impessoalidade. Entretanto, é importante manter no horizonte que cada peça dessa engrenagem estatal é constituída por um cidadão brasileiro. E essa percepção se mostra cada vez mais acentuada diante do cenário de imersão na maior crise econômica e sanitária da História. Os pensamentos e decisões de cada indivíduo devem ter como ponto de partida os interesses nacionais, o nosso destino conjunto, compartilhando a responsabilidade pela construção de uma sociedade coesa. O trabalho conjunto com os nossos governantes eleitos pelo voto popular exige superar a ideia de que o protagonismo pertence apenas ao “andar de cima”.

A bem da verdade, com exceção do cenário da pandemia, o encolhimento do parque industrial faz parte da nossa conjuntura econômica e produtiva desde meados dos anos 1980. Neste sentido, há exatos cinquenta anos, Ernesto Geisel anteviu o futuro em sua aula inaugural na Escola Superior de Guerra<sup>2</sup>, discursando sobre os campos econômico, político, psicossocial e militar no Brasil. Já naquele tempo enfrentávamos com empenho os mesmos entraves e desafios que precisam ser superados para darmos continuidade à construção do nosso país.

Em momentos semelhantes, quando outras nações enfrentaram depressões agudas, as soluções tiveram contornos inusitados. Foram salvas por um punhado de homens que tiveram a coragem de não serem atuais. A exemplo da Alemanha da década de 1920, arrasada pela guerra, enfrentava a hiperinflação da república de Weimar – na taxa de 29,5 mil por cento ao mês, ou 20,9% ao dia, tendo acumulado um bilhão por cento em apenas um ano<sup>3</sup>. As soluções ortodoxas da época deixaram o país à deriva. O cenário levou a uma dramática austeridade, até que o banqueiro

Hjalmar Schacht propôs uma inventiva solução que, em cinco anos, transformou um Estado falido na mais forte economia europeia da época<sup>4</sup>.

A adoção sistemática de receituários econômicos tradicionais tem se mostrado insuficiente para reverter a situação penosa em que o Brasil se encontra. Por exemplo, a baixa compreensão da nossa estrutura industrial durante as últimas quatro décadas nos levou a conclusões precipitadas que reduziram o controle da produção local e nacional, por vezes transferindo o comando do nosso destino para fora de nossas mãos. De forma semelhante, nossa rica capacidade agrícola corre o risco do enfraquecimento de sua principal virtude: a aptidão para alimentar o nosso povo somada ao poder produtivo que nos torna invejados e importantes para o mundo globalizado. Talvez, os nossos índices e teoremas mecânicos tenham funcionado meramente como um termômetro, que até mede a temperatura, mas não faz passar a febre.

### ***A inventividade catarinense***

Hoje ainda ecoam vozes de doutrinas ortodoxas avessas à participação ativa da burocracia estatal no impulsionamento ao desenvolvimento econômico, geralmente movidas por um idealismo utópico, que se distancia da avaliação orgânica e pragmática dos resultados. No fim das contas, nos corredores e gabinetes da estrutura governamental catarinense temos modelos de gestão que promoveram um desenvolvimento industrial exemplar, referência para o desenvolvimento nacional. Além de dispormos de uma matriz econômica diversificada, despontamos em setores importantes da indústria de transformação. De acordo com dados fornecidos pelo MDIC<sup>5</sup>, os catarinenses respondem por mais da metade de todo o cobre importado pelo país, que corresponde a 720 milhões de um total de 1,2 bilhão de dólares, para o período de janeiro a novembro de 2020.

Mesmo diante dos gargalos logísticos, a atividade agropecuária exerce um papel fundamental na composição do saldo corrente do comércio exterior, lutando continuamente pela manutenção de sua competitividade internacional, a despeito de sucessivos ataques à sua pujança e capacidade produtiva. Mais importante ainda, temos a movimentação econômica local e a garantia da segurança alimentar, pilares fundamentais para o bem-estar pleno de qualquer sociedade. Além disso, é importante destacar que Santa Catarina possui a melhor estrutura fundiária de distribuição de terra no país<sup>6</sup>, o que se reflete diretamente no equilíbrio da percepção de renda entre as famílias agricultoras.

Pelos olhares da iniciativa privada, também somos nacionalmente conhecidos por termos superado a inércia institucional, proporcionando uma política tributária harmônica, acompanhada de boa governança e segurança jurídica, propondo arranjos que permitem e encorajam as pessoas a se dedicarem plenamente às atividades produtivas. A visão de simbiose entre o Estado e a livre iniciativa se destaca pelo ganho de dinamismo aliado à preservação dos interesses locais. Estampamos um exemplo de coesão entre o desenvolvimento econômico e a manutenção da soberania, promovendo práticas que têm potencial para inspirar a transformação da realidade nacional.

Os setores de pujança merecem atenção especial. Há situações em que apenas um olhar estratégico atento permite antever riscos e perceber oportunidades. É o caso das madeiras de reflorestamento, em que devemos nos atentar a eventuais arrendamentos de longo prazo tomados por madeireiras estrangeiras, visando futuramente algo semelhante à “transferência entre estabelecimentos do mesmo titular”. De outro lado, destaca-se a plena atividade do estaleiro em Itajaí<sup>7</sup>, adquirido pela alemã ThyssenKrupp<sup>8</sup> – momento em que se abrem as portas para negócios importantes no eixo industrial militar<sup>8</sup>, com potencial para o avanço de parcerias bilaterais para benefício comum.

Diante deste cenário de reordenamento financeiro, econômico e tecnológico, esperamos que os livres interesses privados continuem compactuando com a burocracia estatal, costurando conjuntamente o desenvolvimento econômico e social. Aguardar que os livres desígnios privados

costurem todo o caminho através da selva de interesses é condenar o próprio povo ao acaso. Não basta conservar o entendimento de que o Estado é, por natureza, o ente dotado dos instrumentos capazes de pavimentar o caminho do desenvolvimento. Como parte da burocracia estatal – no seu melhor e real sentido -, cabe também ao agente público, especialmente o fazendário, assumir o protagonismo que lhe pertence. A rigor, ideias e propostas não devem estar restritas à esfera de competências funcionais. A realidade é impositiva, e nos promete exigir muito mais que isso.

#### Referências:

- 1 <https://waltersorrentino.com.br/2016/06/21/a-sociologia-do-desgosto-com-o-brasil/>
- 2 <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/aula-inaugural-na-escola-superior-de-guerra/view>
- 3 [https://pt.wikipedia.org/wiki/Hiperinflação\\_na\\_República\\_de\\_Weimar](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hiperinflação_na_República_de_Weimar)
- 4 <https://voxeu.org/article/macroeconomics-germany-forgotten-lesson-hjalmar-schacht>
- 5 <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>
- 6 <https://www.idace.ce.gov.br/2020/05/13/estudo-mostra-o-mapa-da-desigualdade-da-distribuicao-de-terras-no-brasil/>
- 7 <https://www.portosenavios.com.br/noticias/ind-naval-e-offshore/thyssenkrupp-marine-systems-acquire-estaleiro-oceana-no-brasil>
- 8 <https://www.moneytimes.com.br/thyssenkrupp-negocia-ajuda-de-us-59-bi-para-unidade-de-aco/>
- 9 <https://br.sputniknews.com/defesa/2020082515989632-exercito-2020-brasil-leva-delegacao-de-alto-nivel-para-promover-seus-produtos-de-defesa-na-russia/>

Por Bruno Gomes – Auditor Fiscal da Receita Estadual de SC